

Jornal O Dia SP

Almeida Junior Shopping Centers S.A.

CNPJ/MF 82.120.676/0001-83

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para Assembleia Ordinária

O Conselho de Administração, representado por sua presidente, com fundamento no Estatuto Social e na Lei 6.404/1976 convoca todos os acionistas da Almeida Junior Shopping Centers S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2271, conjunto 1404, São Paulo, SP, no dia 30 de abril de 2026, às 11h00 em primeira convocação, com qualquer número de acionistas; a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Análise, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2025; (b) Deliberar sobre a destinação do lucro/prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos; (c) Fixação da remuneração global da Diretoria e do Conselho de Administração para o exercício de 2026. São Paulo, SP, 07 de abril de 2026. Almeida Junior Shopping Centers S.A.

AGROPECUÁRIA COSTA DO SOL S/A

CNPJ/MF 41.220.280/0001-20 - NIRE 35300654749

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da AGROPECUÁRIA COSTA DO SOL S/A (“Companhia”) a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, a ser realizada exclusivamente sob a forma digital, por meio da plataforma Teams, em 30.04.2026, às 9h00, em primeira convocação, e às 9h30, em segunda convocação, para aprovar as seguintes matérias da ordem do dia: (i) aprovação das demonstrações financeiras do exercício fiscal encerrado em 2025; e (ii) destinação do resultado do exercício fiscal encerrado em 2025. Diretores Valler Costa Da Silva e Zilene Ferreira Acioli. **Informações Gerais:** 1. A AGO da Companhia será, excepcionalmente, realizada única e exclusivamente de forma digital, nos termos autorizados pelo § 2º-A do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (“INDREI 81”). Desse modo, os senhores acionistas deverão participar da AGO a distância, mediante atuação remota, por meio do acesso à plataforma Teams, na data e hora acima mencionadas. 2. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão enviar para a Companhia, através do e-mail vallercosta27@gmail.com, com antecedência de pelo menos 30 minutos em relação ao horário previsto para o início dos trabalhos, a documentação contendo a prova de identificação do acionista (documento de identificação oficial com foto) ou de seu procurador (procuração e documento de identificação oficial do representante legal com foto), observado o disposto no art. 126, § 1º da Lei nº 6.404/76. O link de acesso à plataforma Teams, para fins de participação na AGO, será enviado pelo Diretor da Companhia Valler Costa da Silva aos acionistas que tenham manifestado interesse na participação da AGO e tenham enviado a comprovação de representação, por correio eletrônico, nos termos deste item.

AGROPECUARIA SOL DA COSTA S/A

CNPJ/MF 41.412.840/0001-49 - NIRE 35300632541

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da AGROPECUARIA SOL DA COSTA S/A (“Companhia”) a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, a ser realizada exclusivamente sob a forma digital, por meio da plataforma Teams, em 30.04.2026, às 11h00, em primeira convocação, e às 11h30, em segunda convocação, para aprovar as seguintes matérias da ordem do dia: (i) aprovação das demonstrações financeiras do exercício fiscal encerrado em 2025; e (ii) a ratificação da destinação do resultado do exercício fiscal encerrado em 2025, conforme aprovado pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 31 de dezembro de 2025. Diretores Valler Costa Da Silva e Zilene Ferreira Acioli. **Informações Gerais:** 1. A AGO da Companhia será, excepcionalmente, realizada única e exclusivamente de forma digital, nos termos autorizados pelo § 2º-A do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (“INDREI 81”). Desse modo, os senhores acionistas deverão participar da AGO a distância, mediante atuação remota, por meio do acesso à plataforma Teams, na data e hora acima mencionadas. 2. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão enviar para a Companhia, através do e-mail vallercosta27@gmail.com, com antecedência de pelo menos 30 minutos em relação ao horário previsto para o início dos trabalhos, a documentação contendo a prova de identificação do acionista (documento de identificação oficial com foto) ou de seu procurador (procuração e documento de identificação oficial do representante legal com foto), observado o disposto no art. 126, § 1º da Lei nº 6.404/76. O link de acesso à plataforma Teams, para fins de participação na AGO, será enviado pelo Diretor da Companhia Valler Costa da Silva aos acionistas que tenham manifestado interesse na participação da AGO e tenham enviado a comprovação de representação, por correio eletrônico, nos termos deste item.

PINHALENSE S/A MÁQUINAS AGRÍCOLAS

CNPJ/MF nº 54.224.423/0001-14 - NIRE 353 0006926 9

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da PINHALENSE S/A MÁQUINAS AGRÍCOLAS convocados a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, que se realizarão no próximo dia 10 de 2026, às 8:00 horas, as quais, para melhor acomodação dos senhores acionistas, serão realizadas na sede social da Associação Desportiva dos Funcionários da Pinhalense, localizada nesta cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na Rua Dezesseis, s/n, Jardim Monte Alegre I, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1 – **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** (i) prestação de contas dos administradores; (ii) exame e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; (iii) distribuição do decorrer do ano de 2025, dos dividendos obrigatórios e juros sobre capital próprio imputados como dividendos, calculados na forma da lei; 2 – **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** (i) exame e deliberação sobre a proposta da Diretoria para aumento do capital social, mediante incorporação de reservas de lucro; (ii) conformidade e votação do material detalhado na Proposta da Diretoria, alteração parcial do estatuto, no tocante ao capital social; (iii) proposta para remuneração da diretoria; (iv) outros assuntos de interesse social. **Informações Gerais:** (i) encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se refere o Art.133 da Lei nº 6404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001 e 11.639/2007, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2025; (ii) os acionistas poderão ser representados nas Assembleias, mediante a apresentação do mandato de representação, outorgado na forma do parágrafo 1º, do art. 126 da Lei 6.404/76, os instrumentos de mandato deverão ser enviados para o endereço de e-mail aconista@pinhalense.com.br até às 12:00 horas do dia 24 de abril de 2026; (iii) as Assembleias serão instaladas com a presença de acionistas, mediante os quóruns exigidos nos Artigos 125 e 136 da Lei nº 6.404/76, conforme a natureza das matérias a serem deliberadas. Espírito Santo do Pinhal-SP, 08 de abril de 2026

João Paulo Cipolli Viegas

Diretor Financeiro RH

SOL DA COSTA – GESTÃO PATRIMONIAL S/A

CNPJ/MF 38.146.901/0001-69 - NIRE 35300654781

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da SOL DA COSTA – GESTÃO PATRIMONIAL S/A (“Companhia”), a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, a ser realizada exclusivamente sob a forma digital, por meio da plataforma Teams, em 30.04.2026, às 10h00, em primeira convocação, e às 10h30, em segunda convocação, para aprovar as seguintes matérias da ordem do dia: (i) aprovação das demonstrações financeiras do exercício fiscal encerrado em 2025; e (ii) destinação do resultado do exercício fiscal encerrado em 2025. Diretores Valler Costa Da Silva e Zilene Ferreira Acioli. **Informações Gerais:** 1. A AGO da Companhia será, excepcionalmente, realizada única e exclusivamente de forma digital, nos termos autorizados pelo § 2º-A do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (“INDREI 81”). Desse modo, os senhores acionistas deverão participar da AGO a distância, mediante atuação remota, por meio do acesso à plataforma Teams, na data e hora acima mencionadas. 2. Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão enviar para a Companhia, através do e-mail vallercosta27@gmail.com, com antecedência de pelo menos 30 minutos em relação ao horário previsto para o início dos trabalhos, a documentação contendo a prova de identificação do acionista (documento de identificação oficial com foto) ou de seu procurador (procuração e documento de identificação oficial do representante legal com foto), observado o disposto no art. 126, § 1º da Lei nº 6.404/76. O link de acesso à plataforma Teams, para fins de participação na AGO, será enviado pelo Diretor da Companhia Valler Costa da Silva aos acionistas que tenham manifestado interesse na participação da AGO e tenham enviado a comprovação de representação, por correio eletrônico, nos termos deste item.



União Química
Farmacêutica Nacional S/A

CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 | NIRE 35.300.006.658

Errata ao Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 30 de Abril de 2026

A União Química Farmacêutica Nacional S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Embu-Guaçu, Estado do São Paulo, na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-095, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.665.981/0001-18 (“Companhia” ou “União Química”), vem, por meio da presente, **Retificar** o Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ambas a serem realizadas no dia 30 de abril de 2026, às 10h30, exclusivamente, de forma digital, por meio do acesso na plataforma digital de videoconferência “Microsoft Teams”, publicado neste jornal nos dias 30 de março de 2026 (p.17 - edição impressa e p.2 - edição digital), 31 de março de 2026 (p.6 - edição impressa e p.1 - edição digital) e 01 de abril de 2026 (p.5 - edição impressa e p.2 - edição digital), para incluir um novo item na ordem do dia, a saber: Deliberar sobre alterações na composição do Conselho de Administração da Companhia.

Embu-Guaçu, 09 de abril de 2026

Paula Melo Suzana Gomes

Presidente do Conselho de Administração.

Assim, segue abaixo transcrito, já com a correção da ordem do dia, o referido Edital de Convocação:

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 30 de Abril de 2026

A União Química Farmacêutica Nacional S.A., sociedade por ações, com sede na cidade do Embu-Guaçu, Estado do São Paulo, na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-095, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.665.981/0001-18 (“Companhia” ou “União Química”), vem, pelo presente edital, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) convocando os senhores acionistas para se reunirem, exclusivamente, de forma digital, por meio do acesso na plataforma digital de videoconferência “Microsoft Teams”, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ambas a serem realizadas no dia 30 de abril de 2026, às 10h30, para examinar, discutir e votar a respeito das seguintes ordens do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) Instalação e eleição dos membros do Conselho Fiscal; e (iv) Fixar o limite anual da remuneração global do membro do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (v) Ratificar a proposta de distribuição proporcional de juros sobre o capital próprio, sujeita a deliberação e aprovação pelo Conselho de Administração, nos termos do art. 16, “V”, do Estatuto Social; (vi) Alterar o artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para incluir as atividades “médica laboratorial”, e “odontológica” no objeto social da Companhia; (vii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as alterações indicadas no item vi; e (viii) Deliberar sobre alterações na composição do Conselho de Administração da Companhia. **Informações Gerais sobre a Assembleia:** Consoante o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar da assembleia geral que encaminhem a versão digitalizada do documento de identidade e instrumento de mandato ao endereço eletrônico ri@uniaoquimica.com.br, de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante a assembleia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

Embu-Guaçu, 30 de março de 2026

Paula Melo Suzana Gomes

Presidente do Conselho de Administração

MEDHELP SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 31.694.735/0001-96 - NIRE 35.300.651.081

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da Medhelp Serviços Administrativos e Tecnologia S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 20 de abril de 2026, às 14 horas, horário de Brasília, de forma semipresencial, excepcionalmente, no escritório do Machado, Meyer, Senack e Opice Advogados, localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.200, 5º andar, Itaim Bibi, CEP 01453-050, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams (“Plataforma Digital”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e artigo 7º, parágrafo quinto, do Estatuto Social da Companhia, para deliberarem, sobre a seguinte ordem do dia: (a) aumento do capital social da Companhia, no valor mínimo de R\$2.300.007,69 (dois milhões, trezentos mil e sete reais e sessenta e nove centavos) e no valor máximo de até R\$4.821.869,97 (quatro milhões, oitocentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos), mediante a emissão de, no máximo, 40.629 (quarenta mil e seiscentos e vinte e nove) novas ações preferenciais classe seed, nominativas e sem PIS/7 e, no máximo, 85.177 (oitenta e cinco mil, cento e setenta e sete) Ações PIS, pelo preço de emissão de R\$56,61 (cinquenta e seis reais e sessenta e um centavo) por Ação PIS, fixado com base no art. 170, §1º, inciso I da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que as ações subscritas deverão ser integralizadas até 01 de junho de 2026, à vista, em moeda corrente nacional, com possibilidade de homologação parcial, desde que sejam subscritas Ações PIS que perfizem um mínimo total de R\$2.300.007,69 (dois milhões, trezentos mil e sete reais e sessenta e nove centavos). Caso aprovada a proposta de aumento de capital acima mencionada, será assegurado prazo de 30 (trinta) dias aos acionistas para exercício dos respectivos direitos de preferência, nos termos do art. 171, §4º da Lei das Sociedades por Ações; (b) a alteração do Artigo 5º do estatuto social da Companhia, se aprovada a matéria prevista no item (a) acima; e (c) se aprovadas as matérias previstas nos itens (a) e (b) acima, a autorização para que os procuradores devidamente constituídos que tiverem se cadastrado por meio do e-mail descrito acima as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGE. Caso o acionista não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGE até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a realização da AGE, deverá entrar em contato com a Companhia por meio dos contatos indicados no Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia e solicitar suas respectivas instruções para acesso. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. A Companhia solicita aos acionistas que acesso ao sistema eletrônico disponibilizado para a participação na AGE com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGE, tendo em mãos documento de identidade. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, e foram enviados via e-mail aos acionistas. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, favor contatar a Companhia por meio dos contatos indicados no Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia. 10 de abril de 2026. Daniel Shtraiishi – Presidente do Conselho de Administração.

IGREJA EVANGELICA PENTECOSTAL JESUS E O CAMINHO

CNPJ: 32.278.975/0001-72

CONVOCAÇÃO

Em 01 de Julho das 2022 às 18:00, na Rua Profeta Tiago, nº 81 - IAPI - Osasco/SP – CEP: 06233-240. Com a palavra, o Presidente da IGREJA EVANGELICA PENTECOSTAL JESUS E O CAMINHO, do CNPJ: 32.278.975/0001-72, O Sr Jose Ribeiro Maia em assembleia extraordinária fala sobre a decisão de encerrar as atividades da Igreja, por motivos particulares, não interessam aos mesmos a continuidade. Após todas as deliberações, o Presidente faz saber de todos, que por decisão unânime, foi aprovada o encerramento das atividades da Igreja. Após discussão, foi aprovada por unanimidade a nomeação do Sr JOSE RIBEIRO MAIA, como Liquidante da Associação. O Liquidante ficará responsável pelo eventual acervo existente, como todos os livros e documentos fiscais pertencentes da Igreja encerrados, ficarão sob guarda e responsabilidade do JOSE RIBEIRO MAIA. A Igreja ora extinta, não deixa ATIVOS e nem PASSIVOS, portanto, ela não possui bens e valores a serem revertidos em benefício de outra congênera ou entidade pública. E por fim, o Presidente, declara que as deliberações tomadas na Assembleia Geral em questão, observam rigorosamente, o quórum previsto no estatuto social em vigor. Com isso deixa encerrado esta assembleia, onde tem a concordância de todos do encerramento das atividades da igreja.

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 48.343.871/0001-34 | NIRE 35300602854

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, PARA AS DEBENTURES DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE E COLOCAÇÃO PRIVADA PARA AS DEBENTURES DA 2ª SÉRIE DA BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os debenturistas da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, Sob Registro Automático de Distribuição, e para Oferta Privada, da Bamboo Securitizadora S.A. (“Debenturistas”, “Debêntures”, “Emissora” e “Emissão”, respectivamente), a VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPIMF sob o nº 22.610.500/0001-89 (“Agente Fiduciário”), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 4.2, da Escritura de Emissão (“Escritura de Emissão”) e Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM nº 60”), a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2026, às 19:30, e em segunda convocação no dia 08 de maio de 2026, às 10:30, de forma exclusivamente digital (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução CVM nº 60, das demonstrações financeiras do patrimônio separado das Debêntures da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Debenturistas está disponível (i) no site da Emissora: <https://bamboodcm.com/missoes/> e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, por videoconferência, via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àquelas Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora securitizadora@bamboodcm.com e ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br e rfz@vortx.com.br, preferencialmente, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, e os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Debenturista poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (<https://bamboodcm.com/missoes/>) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Debenturistas na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRU ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de abril de 2026.

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 48.343.871/0001-34 | NIRE 35300602854

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 1ª Série da 1ª Emissão da Bamboo Securitizadora S.A. (“CRI”, “Emissão” e “Emissora”, respectivamente), a VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPIMF sob o nº 22.610.500/0001-89 (“Agente Fiduciário”), em atenção ao disposto na Cláusula 17.2, do Termo de Securitização (“Termo de Securitização”) e Resolução CVM nº 89, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM nº 89”), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2026, às 10:30, e em segunda convocação no dia 08 de maio de 2026, às 10:30, de forma exclusivamente digital (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução CVM nº 60, das demonstrações financeiras do patrimônio separado apresentada pela Companhia Securitizadora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Securitizadora: <https://bamboodcm.com/missoes/> e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, por videoconferência, via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Securitizadora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àquelas Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Securitizadora securitizadora@bamboodcm.com e ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br e rfz@vortx.com.br, preferencialmente, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, e os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Securitizadora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (<https://bamboodcm.com/missoes/>) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Securitizadora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de abril de 2026.

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 48.343.871/0001-34 | NIRE 35300602854

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA EM RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Bamboo Securitizadora S.A. (“Debenturistas”, “Debêntures”, “Emissora” e “Emissão”, respectivamente), a TERRA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPIMF sob o nº 03.751.794/0001-13 (“Agente Fiduciário”), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 8.2.3, da Escritura de Emissão (“Escritura de Emissão”) e Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM nº 60”), a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2026, às 19:30, e em segunda convocação no dia 08 de maio de 2026, às 10:30, de forma exclusivamente digital (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução CVM nº 60, das demonstrações financeiras do patrimônio separado das Debêntures da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Debenturistas está disponível (i) no site da Emissora: <https://bamboodcm.com/missoes/> e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, por videoconferência, via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àquelas Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora securitizadora@bamboodcm.com e ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br e rfz@vortx.com.br, preferencialmente, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, e os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Debenturista poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (<https://bamboodcm.com/missoes/>) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Debenturistas na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRU ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de abril de 2026.

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 48.343.871/0001-34 | NIRE 35300602854

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, E PARA OFERTA PRIVADA, DA BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, Sob Registro Automático de Distribuição, e para Oferta Privada, da Bamboo Securitizadora S.A. (“Debenturistas”, “Debêntures”, “Emissora” e “Emissão”, respectivamente), a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., inscrita no CNPIMF sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Agente Fiduciário”), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 6.4, da Escritura de Emissão (“Escritura de Emissão”) e Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM nº 60”), a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2026, às 19:30, e em segunda convocação no dia 08 de maio de 2026, às 10:30, de forma exclusivamente digital (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução CVM nº 60, das demonstrações financeiras do patrimônio separado das Debêntures da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Debenturistas está disponível (i) no site da Emissora: <https://bamboodcm.com/missoes/> e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, por videoconferência, via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àquelas Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora securitizadora@bamboodcm.com e ao Agente Fiduciário agentefiduciario@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, e os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Debenturista poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (<https://bamboodcm.com/missoes/>) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Debenturistas na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelos Debenturistas ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

IRMÁS BALDAN AGROPECUÁRIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado	
2025	2024	2025	2024
Ativo	8.515.835,23	Passivo	8.515.835,23
Ativo circulante	8.515.835,23	Passivo circulante	4.067.460,64
Disponível	4.873.602,45	Obrigações sociais e trabalhistas	7.895,17
Caixa	9.206,65	Obrigações trabalhistas/previdenciárias	7.895,17
Bancos conta movimento	1.434.354,50	Obrigações tributárias	1.250.417,61
Aplicações financeiras	3.411.151,30	Impostos e contribuições a recolher	120.000,00
Realizável a curto prazo	3.008.460,89	Créditos diversos	120.000,00
Clientes	3.008.000,00	Créditos a receber	120.000,00
Valores e créditos recuperáveis	7.677,09	Dividendos a pagar	2.689.147,86
Despesas do exercício seguinte	783,80	Dividendos a pagar	2.689.147,86
Ativo não circulante	633.232,89	Passivo não circulante	3.660.021,44
Outras contas realizáveis	172.931,93	Créditos	3.366.000,00
Capital social	172.931,93	Créditos de mútuo	3.366.000,00
Mutuos sociais, adm. e pessoas ligadas	172.931,93	Créditos de mútuo	3.366.000,00
Investimentos	20.904,82	Tributos a pagar	294.021,44
Participações em controladas	20.904,82	Tributos diferidos	294.021,44
e coligadas	20.904,82	Patrimônio líquido	337.000,00
Imobilizado	439.327,14	Capital social	337.000,00
Bens em operacao	514.668,58	Capital social integralizado	337.000,00
(-) Depreciação acumulada	(74.733,44)	Reservas de lucros	451.353,15
		Reservas de lucros acumulados	451.353,15

Nota 01 Apresentação A empresa IRMÁS BALDAN AGROPECUÁRIA S.A. é uma pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Matão, à Rua Rui Barbosa, nº 1105, no Centro, SP, cujo ramo de atividade é aluguel de imóveis próprios, exploração de atividades relacionadas a agropecuária por conta própria ou de terceiros, em terras de sua propriedade ou de terceiros, com o objetivo de comercialização de produtos agrícolas, criação e engorda de gado bovino e outros animais de pequeno e grande porte, podendo, ainda participar, na qualidade de acionista, quotista, debenturista, ou parte beneficiária, de outras empresas, sendo indeterminado o seu prazo de duração. **Nota 02 Regime Tributário** A empresa é optante pelo regime tributário do Lucro Presumido. **Nota 03 Cadastro** A empresa IRMÁS BALDAN AGROPECUÁRIA S.A. possui os seguintes registros e inscrições: • Ata de Assembleia de Constituição Datada de 21/08/2017 e Registrada na Jucesp, nº 35300508181 em 04/09/2017; • CNPJ Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 28.571.279/0001-82; • IE Cadastro de Contribuintes de ICMS sob nº 441.135.260.112; **Principais Práticas Contábeis:** **Nota 04** O sistema de contabilização, bem como as demonstrações contábeis e financeiras foi elaborado com observação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. **Nota 05** A prática contábil adotada é pelo regime de caixa. **Nota 06** As aplicações financeiras quando existentes, estarão demonstradas pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. **Nota 07** As despesas administrativas, bem como as demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas com observação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. **Nota 08** As despesas da empresa quando existentes, estarão demonstradas pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. **Nota 09** O sistema de contabilização, bem como as demonstrações contábeis e financeiras foi elaborado com observação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. **Nota 10** O resultado do exercício foi de R\$ 13.875.193,43 de lucro, resultando na reserva de lucros de R\$ 451.353,15. Matão/SP, 31/12/2025.

Diretoria
 Maria Cristina Baldan Cavichia - Acionista
 Greice Baldan Kfour - Acionista
 Giselle Teresinha Baldan - Acionista
Contador
 Luiz Antonio Camillo - CRC 101586/O-3

MILÃO AGROPECUÁRIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado	
2025	2024	2025	2024
Ativo	51.662,94	Passivo	51.662,94
Ativo circulante	32.347,70	Passivo circulante	12.851,46
Disponível	32.026,44	Obrigações tributárias	101,46
Caixa	116,00	Impostos e contribuições a recolher	101,46
Bancos conta movimento	31.910,44	Créditos diversos	12.750,00
Realizável a curto prazo	321,26	Créditos sociais, adm. e pessoas ligadas	12.750,00
Valores e créditos recuperáveis	321,26	Patrimônio líquido	38.811,48
Ativo não circulante	19.315,24	Capital social	26.000,00
Investimentos	3.957,34	Capital social integralizado	26.000,00
Participações em controladas e coligadas	3.957,34	Reservas de lucros	12.811,48
Imobilizado	15.357,90	Reservas de lucros acumulados	12.811,48
Bens em operacao	15.357,90		

Nota 01 - Apresentação A empresa MILÃO AGROPECUÁRIA S.A. é uma pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Matão, à Rua Rui Barbosa, nº 1105, Sala 01, no Centro, SP, cujo ramo de atividade é a exploração de atividades relacionadas a agropecuária por conta própria ou de terceiros, em terras de sua propriedade ou de terceiros, plantio e comercialização de produtos agrícolas, criação e engorda de gado bovino e outros animais de pequeno e grande porte, podendo, ainda participar, na qualidade de acionista, quotista, debenturista, ou parte beneficiária, de outras empresas, sendo indeterminado o seu prazo de duração. **Nota 02 Regime Tributário** A empresa é optante pelo regime tributário do Lucro Presumido. **Nota 03 Cadastro** A empresa MILÃO AGROPECUÁRIA S.A. possui os seguintes registros e inscrições: • Ata de Assembleia de Constituição Datada de 21/08/2017 e Registrada na Jucesp, nº 35300513894 em 21/02/2018; • CNPJ Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 29.739.511/0001-01; • IE Cadastro de Contribuintes de ICMS sob nº 441.129.632.116; **Principais Práticas Contábeis:** **Nota 04** O sistema de contabilização, bem como as demonstrações contábeis e financeiras foi elaborado com observação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. **Nota 05** A prática contábil adotada é pelo regime de caixa. **Nota 06** As aplicações financeiras quando existentes, estarão demonstradas pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. **Nota 07** As despesas administrativas, bem como as demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas com observação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. **Nota 08** As despesas da empresa quando existentes, estarão demonstradas pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. **Nota 09** O sistema de contabilização, bem como as demonstrações contábeis e financeiras foi elaborado com observação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. **Nota 10** O resultado do exercício foi de R\$ 17.900,30 de prejuízo, resultando na reserva de lucros de R\$ 12.811,48. Matão/SP, 31/12/2025.

Diretoria
 Maria Cristina Baldan Cavichia - Acionista
 Greice Baldan Kfour - Acionista
 Giselle Teresinha Baldan - Acionista
Contador
 Luiz Antonio Camillo - CRC 101586/O-3

Telar Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ Nº 62.570.320/0001-34
 Demonstrações Financeiras - 2025

Balanco Patrimonial - Levantado Em 31 de Dezembro - (Valores Expressos Em Reais - R\$)		Demonstração do Resultado		Demonstração do Fluxo de Caixa	
2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo	155.339.227	Passivo	155.339.227	Fluxo de Atividades Operacionais	2.400.031
Ativo Circulante	109.532.350	Circulante	43.223.042	Resultado do Exercício	525.900
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.081.856	Emprestimos e Financiamentos	30.088.579	Por Ajuste:	(2.516.133)
Contas a Receber	93.850.052	Fornecedores	891.486	Resultado de equivalência patrimonial	(17.388.997)
Consignários	39.281.079	Obrigações Trabalhistas e Tributárias	7.386.442	Juros sobre empréstimos	(3.387)
Impostos a Recuperar	1.957.808	Créditos diversos	46.729.804	Variações Ativas e Passivas	(10.368.176)
Outros Créditos	2.994.974	Adiantamento de Clientes	22.963	Aumento / Redução de Consórcios	(1.012.588)
Partes Relacionadas	14.167.458	Não Circulante	60.374.284	Aumento / Redução de Outros Créditos	(2.024.812)
Ativo Não Circulante	46.891.483	Emprestimos e Financiamentos	40.980.216	Aumento / Redução de Contas a Receber	(51.898.404)
Contas a Receber	10.119.072	Partes Relacionadas	8.507.636	Aumento / Redução de Recuperação	(2.836.926)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	191.077	Patrimônio Líquido	67.833.594	Aumento / Redução Fornecedores	12.835
Investimentos	29.288.727	Capital social	31.590.155	Aumento / Redução Obrigações Sociais, Fidejussões e Provisões	3.039.913
Imobilizado	7.292.238	Reserva de capital	109.165	Aumento / Redução Credores Diversos	40.214.824
Intangível	1.819.912	Reserva de lucros	11.234.920	Aumento / Redução Adiantamentos de Clientes	(1.446.484)
Total do Ativo	202.230.720	Total do Passivo	202.230.720	Aumento / Redução Partes Relacionadas	2.519.717
	144.054.286		144.054.286	Fluxo de Atividades Operacionais	(10.484.778)
				Fluxo de Atividades de Investimentos	(9.205.402)
				Movimentações Líquidas de Investimentos	(7.704.008)
				Movimentações Líquidas Imobilizadas	(1.501.394)
				Intangíveis e Dívidas	(582.499)
				Caixa Líquido Atividades de Investimentos	(82.499)
				Fluxo de Atividades Financeiras	13.982.129
				Aumento/Redução de Empréstimos e Financiamentos	5.041.148
				Aumento/Redução dos AFAC	25.000.000
				Aumento/Redução de Partes Relacionadas	(16.059.019)
				Caixa Líquido de Atividades Financeiras	13.989.630
				Banco Realizado - Adiantamento	(5.707.551)
				No Início do Exercício	8.789.407
				No Final do Exercício	3.081.856
				Aumento / Redução das Disponibilidades	(5.707.551)

Fontes de Alteração
 Saldos em 31 de Dezembro de 2023 20.216.677
 Resultado do Exercício -
 Ajustes Patrimoniais - (600.000)
 Integralização de Capital (11.373.478)
 Saldos em 31 de Dezembro de 2024 31.590.155
 Resultado do Exercício -
 AFAC 25.000.000
 Saldos em 31 de Dezembro de 2025 31.590.155

Nota 01 - Contexto Operacional: A Telar Engenharia e Comércio Ltda. foi constituída em 1969 e tem como atividade principal a execução de serviços de canalizações, construções várias, saneamento, obras por processo não destrutivo e lúneis, infraestrutura metrológica, edificações, concessões e parcerias com administração pública. A sede da Empresa está localizada na Avenida Angélica, Bela Vista, 2510 em São Paulo - SP.
Nota 02 - Apresentação: As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (comparativas), aqui compreendidas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos e Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMLP), foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da Legislação Comercial. Lei 10.406/2002, com observância das normas relativas às sociedades por ações. Lei 6.402/76 e alterações posteriores como a Lei 11.638/07, em razão em conformidade com a legislação comercial, fiscal, tributária, as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), os pronunciamentos, e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Empresa declara expressamente que a elaboração e a apresentação das Demonstrações Contábeis e Financeiras estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a empresa não possui prestação pública de contas e assim não opta a faculdade prevista na aplicação do previsto na Legislação vigente no Brasil. A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas em seus gestões.
Nota 03 - Principais Diretrizes Adotadas: 3.1 - As Demonstrações das Demonstrações Contábeis e Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O Regime de Escrituração Contábil adotado pela empresa é o Regime de Escrituração Contábil por Método de Registro de suas operações, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente do recebimento ou pagamento. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. 3.2 - Estas Demonstrações estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da Empresa. Assim os ativos e passivos e os resultados apresentados nestas Demonstrações, mesmo quando contralados em moeda estrangeira, foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com o taxa de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência. 3.3 - O prazo para segregação de ativos e passivos entre Circulante e Longo Prazo foi estabelecido conforme NBC TG 01 (R4) e a Lei 6.401/1976. 3.8 - Os ativos considerados contingentes não foram reconhecidos conforme previsto na NBC TG 25/PCPC 25, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. As provisões quando constituídas encontram-se devidamente identificadas nas opções dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. A administração entende que as provisões cobrem adequadamente as perdas previstas nos processos em andamento e não se encontra sendo discutido judicialmente, tal obrigação é mantida até o que definitivo quando não couberem mais recursos ou objeto da sua prescrição. 3.9 - O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de longo prazo, ou de curto prazo quando relevantes, para os ativos e para os passivos. O AVPP foi realizado no reconhecimento inicial de cada operação de longo prazo em base exponencial por rata, registrado em conta retificadora para que os ativos e passivos possam refletir a realidade. Os juros foram sendo reconhecidos como receitas, despesas ou custos com o transcorrer do tempo na Demonstração do Resultado, ou como custo de ativo, através do método da taxa efetiva de juros. 3.10 - Os Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalente de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuídos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme critérios descritos abaixo: a. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado: Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a administração da empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela empresa. Após o reconhecimento inicial, os custos de transações atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. b. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a administração da empresa tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, estão são classificados como mantidos até o vencimento. Instrumentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. 3.11 - Os Ativos e Passivos Financeiros são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os Passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridas. 3.12 - Caixa e equivalentes de caixa

incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou instrumentos com risco insignificante de valor, até a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.
 Caixa e bancos
 Aplicações financeiras
 Total
 As Aplicações Financeiras referem-se ao curto prazo e alta liquidez remuneradas a taxas de mercado, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de valor futuro. Considerando a intenção da administração da empresa, essas aplicações foram classificadas como "instrumento financeiro" de acordo com a legislação comercial, fiscal, tributária, as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), os pronunciamentos, e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a empresa não possui prestação pública de contas e assim não opta a faculdade prevista na aplicação do previsto na Legislação vigente no Brasil. A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas em seus gestões.
Nota 04 - Principais Diretrizes Adotadas: 3.1 - As Demonstrações das Demonstrações Contábeis e Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O Regime de Escrituração Contábil adotado pela empresa é o Regime de Escrituração Contábil por Método de Registro de suas operações, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente do recebimento ou pagamento. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. 3.2 - Estas Demonstrações estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da Empresa. Assim os ativos e passivos e os resultados apresentados nestas Demonstrações, mesmo quando contralados em moeda estrangeira, foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com o taxa de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência. 3.3 - O prazo para segregação de ativos e passivos entre Circulante e Longo Prazo foi estabelecido conforme NBC TG 01 (R4) e a Lei 6.401/1976. 3.8 - Os ativos considerados contingentes não foram reconhecidos conforme previsto na NBC TG 25/PCPC 25, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. As provisões quando constituídas encontram-se devidamente identificadas nas opções dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. A administração entende que as provisões cobrem adequadamente as perdas previstas nos processos em andamento e não se encontra sendo discutido judicialmente, tal obrigação é mantida até o que definitivo quando não couberem mais recursos ou objeto da sua prescrição. 3.9 - O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de longo prazo, ou de curto prazo quando relevantes, para os ativos e para os passivos. O AVPP foi realizado no reconhecimento inicial de cada operação de longo prazo em base exponencial por rata, registrado em conta retificadora para que os ativos e passivos possam refletir a realidade. Os juros foram sendo reconhecidos como receitas, despesas ou custos com o transcorrer do tempo na Demonstração do Resultado, ou como custo de ativo, através do método da taxa efetiva de juros. 3.10 - Os Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalente de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuídos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme critérios descritos abaixo: a. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado: Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a administração da empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela empresa. Após o reconhecimento inicial, os custos de transações atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. b. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a administração da empresa tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, estão são classificados como mantidos até o vencimento. Instrumentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. 3.11 - Os Ativos e Passivos Financeiros são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os Passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridas. 3.12 - Caixa e equivalentes de caixa

incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou instrumentos com risco insignificante de valor, até a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.
 Caixa e bancos
 Aplicações financeiras
 Total
 As Aplicações Financeiras referem-se ao curto prazo e alta liquidez remuneradas a taxas de mercado, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de valor futuro. Considerando a intenção da administração da empresa, essas aplicações foram classificadas como "instrumento financeiro" de acordo com a legislação comercial, fiscal, tributária, as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), os pronunciamentos, e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a empresa não possui prestação pública de contas e assim não opta a faculdade prevista na aplicação do previsto na Legislação vigente no Brasil. A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas em seus gestões.
Nota 05 - Principais Diretrizes Adotadas: 3.1 - As Demonstrações das Demonstrações Contábeis e Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O Regime de Escrituração Contábil adotado pela empresa é o Regime de Escrituração Contábil por Método de Registro de suas operações, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente do recebimento ou pagamento. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. 3.2 - Estas Demonstrações estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da Empresa. Assim os ativos e passivos e os resultados apresentados nestas Demonstrações, mesmo quando contralados em moeda estrangeira, foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com o taxa de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência. 3.3 - O prazo para segregação de ativos e passivos entre Circulante e Longo Prazo foi estabelecido conforme NBC TG 01 (R4) e a Lei 6.401/1976. 3.8 - Os ativos considerados contingentes não foram reconhecidos conforme previsto na NBC TG 25/PCPC 25, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. As provisões quando constituídas encontram-se devidamente identificadas nas opções dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. A administração entende que as provisões cobrem adequadamente as perdas previstas nos processos em andamento e não se encontra sendo discutido judicialmente, tal obrigação é mantida até o que definitivo quando não couberem mais recursos ou objeto da sua prescrição. 3.9 - O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de longo prazo, ou de curto prazo quando relevantes, para os ativos e para os passivos. O AVPP foi realizado no reconhecimento inicial de cada operação de longo prazo em base exponencial por rata, registrado em conta retificadora para que os ativos e passivos possam refletir a realidade. Os juros foram sendo reconhecidos como receitas, despesas ou custos com o transcorrer do tempo na Demonstração do Resultado, ou como custo de ativo, através do método da taxa efetiva de juros. 3.10 - Os Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalente de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuídos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme critérios descritos abaixo: a. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado: Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a administração da empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela empresa. Após o reconhecimento inicial, os custos de transações atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. b. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a administração da empresa tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, estão são classificados como mantidos até o vencimento. Instrumentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. 3.11 - Os Ativos e Passivos Financeiros são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os Passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridas. 3.12 - Caixa e equivalentes de caixa

incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou instrumentos com risco insignificante de valor, até a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.
 Caixa e bancos
 Aplicações financeiras
 Total
 As Aplicações Financeiras referem-se ao curto prazo e alta liquidez remuneradas a taxas de mercado, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de valor futuro. Considerando a intenção da administração da empresa, essas aplicações foram classificadas como "instrumento financeiro" de acordo com a legislação comercial, fiscal, tributária, as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), os pronunciamentos, e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a empresa não possui prestação pública de contas e assim não opta a faculdade prevista na aplicação do previsto na Legislação vigente no Brasil. A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas em seus gestões.
Nota 06 - Principais Diretrizes Adotadas: 3.1 - As Demonstrações das Demonstrações Contábeis e Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O Regime de Escrituração Contábil adotado pela empresa é o Regime de Escrituração Contábil por Método de Registro de suas operações, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente do recebimento ou pagamento. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. 3.2 - Estas Demonstrações estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da Empresa. Assim os ativos e passivos e os resultados apresentados nestas Demonstrações, mesmo quando contralados em moeda estrangeira, foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com o taxa de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência. 3.3 - O prazo para segregação de ativos e passivos entre Circulante e Longo Prazo foi estabelecido conforme NBC TG 01 (R4) e a Lei 6.401/1976. 3.8 - Os ativos considerados contingentes não foram reconhecidos conforme previsto na NBC TG 25/PCPC 25, expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. As provisões quando constituídas encontram-se devidamente identificadas nas opções dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. A administração entende que as provisões cobrem adequadamente as perdas previstas nos processos em andamento e não se encontra sendo discutido judicialmente, tal obrigação é mantida até o que definitivo quando não couberem mais recursos ou objeto da sua prescrição. 3.9 - O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de longo prazo, ou de curto prazo quando relevantes, para os ativos e para os passivos. O AVPP foi realizado no reconhecimento inicial de cada operação de longo prazo em base exponencial por rata, registrado em conta retificadora para que os ativos e passivos possam refletir a realidade. Os juros foram sendo reconhecidos como receitas, despesas ou custos com o transcorrer do tempo na Demonstração do Resultado, ou como custo de ativo, através do método da taxa efetiva de juros. 3.10 - Os Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalente de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuídos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme critérios descritos abaixo: a. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado: Um instrumento financeiro

Bradesco Participações Financeiras S.A.

(Anteriormente denominada "Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.")

CNPJ 15.011.336/0001-27

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Bradesco Participações Financeiras S.A. (Anteriormente denominada "Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A."), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 93.549 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 2.927.107 mil e Ativos Totais de R\$ 2.993.592 mil.
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				Diretoria		
Ativo	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024
Circulante		2.738.235	281.089		60.559	11.752
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	6	2.733.345	275.458	11	5.269	1.529
Outros Ativos.....		13	53		62	61
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	20e	4.877	5.578	10	55.228	10.162
Não Circulante		255.357	252.136		5.926	5.520
Realizável a Longo Prazo		236.207	236.078		5.926	5.520
Ativos Fiscais Diferidos.....	20c	234.851	235.254		2.927.107	515.953
Depósitos Judiciais.....	7	1.356	824	13a	3.092.426	704.828
Investimentos		5.332	16.058		(25.592)	(188.875)
Intangível.....	9	13.818	16.058		(139.727)	(188.875)
Total do Ativo		2.993.592	533.225		2.993.592	533.225

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2025	2024
Receitas Operacionais		(1.354)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	8	(18.333)	-
Outras Receitas.....	14	16.979	-
Despesas Operacionais		(21.910)	(15.080)
Despesas com Pessoal.....	16	(9.068)	(10.709)
Despesas Tributárias.....	15	(8.056)	(1.459)
Despesas Gerais e Administrativas.....	17	(4.786)	(2.912)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras Tributação e dos Tributos		(23.264)	(15.080)
Resultado Financeiro		173.043	28.479
Receitas Financeiras.....		173.073	28.479
Despesas Financeiras.....		(30)	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		149.779	13.399
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	20a	(56.230)	(5.877)
Lucro Líquido do Exercício		93.549	7.522
Número de ações por mil.....		189.516	33.763
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$.....		0,49	0,22

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2025	2024	
Lucro do Exercício	93.549	7.522	
Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado			
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros.....	-	-	
Efeito dos Impostos.....	-	-	
Total do Resultado Abrangente do Exercício	93.549	7.522	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil			
--	--	--	--

1) CONTEXTO OPERACIONAL

Em 18 de junho de 2025, a Sociedade alterou sua denominação social de "Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A." para "Bradesco Participações Financeiras", conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária e registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.419.049, arquivamento nº 212.245/25-9. O CNPJ (15.011.336/0001-27) e os demais dados cadastrais permaneceram inalterados.
A Bradesco Participações Financeiras S.A. é uma Sociedade que tem por objeto exclusivamente a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é parte integrante da Organização Bradesco (Bradesco), utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 8 de abril de 2026.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente convertíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

2.4) Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negócios no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.
Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Outros ativos

São representados por recebíveis e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Não houve reconhecimento de provisão para perda dos ativos financeiros, uma vez que não há qualquer perda esperada com a contraparte conforme CPC 48.

2.6) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que geram receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados. Trata-se de despesas relativas à licença de uso não perpétua e suporte técnico.

2.7) Investimentos

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou convertíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.8) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos de vida útil
Marcas e patentes.....	3 a 20
Custos de desenvolvimento capitalizados.....	2 a 5
Carteira de clientes.....	4 a 5

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A composição do ativo intangível está apresentada na Nota 9.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2025 e de 2024, não houve perda por *impairment*.

2.10) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas, passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.11) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade. Dado ao prejuízo acumulado, a Sociedade não distribuiu dividendos nos exercícios de 2025 e 2024.

2.12) Reconhecimento da receita

O CPC 47 - Receitas de contratos com Clientes - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.233.746	-	(196.397)	1.037.349
Redução do Capital Social.....	(528.918)	-	-	(528.918)
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	7.522	7.522
Saldos em 31 de dezembro de 2024	704.828	-	(188.875)	515.953
Aumento do Capital Social por Incorporação.....	1.478.598	-	-	1.478.598
Aumento do Capital Social.....	909.000	-	-	909.000
Transação entre Sócios.....	-	(25.592)	-	(25.592)
Prejuízo Líquido por Incorporação.....	-	-	(44.401)	(44.401)
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	93.549	93.549
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.092.426	(25.592)	(139.727)	2.927.107

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2025	2024	

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	149.779	13.399
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	16.612	2.822
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	18.333	-
Amortização.....	2.241	2.241
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....	(198)	(565)
Despesas/(Reversões) com Provisões Cíveis e Trabalhistas.....	(3.764)	1.146
Lucro Líquido Ajustado	166.391	16.221
(Aumento)/Redução em Valores a Receber.....	(22.185)	1.256
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	(22.185)	(4.978)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos (Cisão/Incorporação).....	1.447.663	-
Aumento/(Redução) em Contas a Pagar Fornecedores.....	1	(3.230)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos.....	(9.443)	-
Aumento/(Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher.....	(2.771)	(6.988)
Aumento/(Redução) em Obrigações Trabalhistas e Cíveis.....	(243)	(17.672)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(8.196)	(5.584)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	1.571.217	(20.975)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aumento de Capital em Controladas/Coligadas.....	(22.000)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(22.000)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital Social.....	909.000	-
Dividendos Pagos.....	(330)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	908.670	-
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.457.887	(20.975)
Início do Exercício.....	275.458	296.433
Fim do Exercício.....	2.733.345	275.458
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.457.887	(20.975)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.13) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos e CDB - Certificados de depósitos Bancários. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

A composição da Receita Financeira está apresentada na Nota 18.

2.14) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos"; e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos fiscais diferidos sobre base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como os valores dos ativos fiscais diferidos não ativados, estão apresentados na Nota 20.

2.15) Outros ativos e outros passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata* dia). Os passivos apresentados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata* dia).

2.16) Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabeleça que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.17) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

Alterações do CPC 02 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em setembro de 2024, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. Estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão

Bradesco Participações Financeiras S.A.
(Anteriormente denominada "Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.")

CNPJ 15.011.336/0001-27
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

NOTA EXPLICATIVA DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial, a composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial (1)	
				ON	Cotas		2025	2024	2025	2024
Total							5.332	-	(18.333)	-

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Sociedades; e
(2) Após a incorporação da empresa Cubos Holding Participações Ltda., realizada em agosto de 2025, a Bradesco Participações passou a deter participação na Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de pagamento S.A.

9) INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de ativos intangíveis correspondia integralmente a licenças de uso, totalizando R\$ 16.058, não havendo saldos registrados em sistemas de processamento de dados naquele exercício. Durante 2025, foi reconhecida amortização no montante de R\$ 2.240, resultando em um saldo final de R\$ 13.818 em 31 de dezembro de 2025, também composto exclusivamente por licenças de uso.

10) OUTROS PASSIVOS

Refere-se ao montante de R\$ 55.228 (2024 - R\$ 10.162) basicamente corresponde ao valor de R\$ 54.751 de valores provisionados para um eventual ressarcimento de processos relacionados à Ibi Promotora de Vendas Ltda., que foi alienado em 09/2011, oriundo de evento societário de incorporação da Cubos Holding Participações Ltda.

11) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Imposto de Renda e Contribuição Social (1)	3.729	1.410
PIS e Cofins sobre faturamento	1.540	119
Total	5.269	1.529

(1) Aumento de imposto de renda e contribuição social devido a incorporação da Cubos Holdings Participações Ltda. ocorrida em julho de 2025.

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabam mais recursos, ou a sua prescrição. A Sociedade não possui contingências fiscais, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "unicidade de emprego, equiparação salarial e horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base dos processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Sociedade.

III - Movimentação das provisões

	Trabalhistas		Cíveis	
	2025	2024	2025	2024
No início do exercício	5.520	-	-	-
Saldo adquirido por incorporação (1)	3.763	15	-	-
Constituições líquidas de (reversões e baixas) (2)	(3.973)	38	-	-
Atualização monetária	543	-	-	-
No final do exercício	5.873	53	-	-

(1) Refere-se às provisões decorrentes da incorporação da Cubos Holding Participações Ltda.; e
(2) As reversões referem-se à alteração da metodologia de cálculo trabalhista proveniente do DEJUR.

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 239 (2024 - R\$ 0) para os processos trabalhistas e R\$ 34.585 (2024 - R\$ 0) para os processos fiscais e em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há processos cíveis avaliados como perdas possíveis.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidades de ações

O capital social no montante de R\$ 3.092.426 (2024 - R\$ 704.828) está totalmente subscrito e integralizado. É composto por 189.515.954 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal (2024 - 33.763.363).

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Ordinárias	189.515.954	33.763.363
Total	189.515.954	33.763.363

Pelo instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação firmado entre a Bradesco Participações Financeiras S.A. (Sociedade Incorporadora) e Cubos Holdings Participações Ltda. (Sociedade Incorporada), realizado em 30 de julho de 2025, aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 1.478.598 elevando-o de R\$ 704.828 para R\$ 2.183.426.

Em 22 de agosto de 2025 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 887.000, elevando-o de R\$ 2.183.426 para R\$ 3.070.426.

Em 12 de setembro de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da sociedade no valor de R\$ 10.000, elevando-o de R\$ 3.070.426 para R\$ 3.080.426. Em 24 de novembro de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da sociedade no valor de R\$ 12.000, elevando-o de R\$ 3.080.426 para R\$ 3.092.426.

b) Dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos cotistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Não houve a distribuição dos dividendos em 2025 e 2024, em virtude da absorção de prejuízo acumulado.

c) Reservas de lucros

Em 2025 e 2024, em virtude da absorção de prejuízo acumulado não houve constituição de Reservas Estatutárias e Legal.

d) Reserva de capital

Pelo instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação firmado entre a Bradesco Participações Financeiras S.A. (Sociedade Incorporadora) e Cubos Holdings Participações Ltda. (Sociedade Incorporada), realizado em 30 de julho de 2025, a Sociedade concluiu a incorporação a qual possui registrada em seu patrimônio líquido, um saldo negativo de R\$ (25.592).

14) OUTRAS RECEITAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou outras receitas no montante de R\$ 16.979, compostas principalmente pela reversão de provisões trabalhistas, no valor de R\$ 7.277, decorrentes de mudanças na metodologia de cálculo adotadas a partir de setembro de 2025. E o valor de R\$ 9.686, refere-se à reversão integral dos saldos de PLR e de pagamentos a estatutários. No exercício de 2024, não foram registradas receitas nessa categoria.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Contribuição para a Cofins	6.923	1.139
Contribuição para o PIS	1.125	185
Outros impostos	8	135
Total	8.056	1.459

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Proventos	181	1.027
Indenizações trabalhistas	4.868	1.982
Provisões trabalhistas	3.305	1.711
Atualizações trabalhistas	543	-
Encargos sociais	171	3.108
Benefícios	-	2.184
Outros	-	697
Total	9.068	10.709

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Bradesco Participações Financeiras S.A. (Anteriormente denominada "Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.")
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bradesco Participações Financeiras S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Participações Financeiras S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção de seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

17) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Depreciação e amortização	2.241	2.241
Patrocínios e incentivos fiscais	1.061	-
Serviços técnicos especializados	695	-
Contingências cíveis (1)	690	-
Processamento de dados e licenças de uso	-	467
Comunicação	-	55
Outros	99	14
Total	4.786	2.912

(1) Despesas relacionadas a contingências cíveis, incluindo provisões, atualização monetária, honorários de sucumbência e honorários periciais.

18) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Rendimento em fundos de investimentos Bradesco	148.772	-
Rendimento em Certificado de Depósitos Bancários - CDB	23.649	28.439
Atualização monetária e taxa Selic	652	40
Outras despesas financeiras	(30)	-
Total	173.043	28.479

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Bradesco Holding de Investimento S.A.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesas)	
	2025	2024	2025	2024
	Certificado em depósito bancários	-	275.458	-
Banco Bradesco S.A.	-	275.458	-	-
Rendimento CDB	-	-	23.649	28.439
Banco Bradesco S.A.	-	-	23.649	28.439

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	149.779	13.399
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) às alíquotas vigentes	(50.925)	(4.556)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	(6.234)	-
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(167)	(1.321)
Outros valores	1.096	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(56.230)	(5.877)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(35.920)	(1.410)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias	(4.444)	(4.467)
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(4.200)	-
Prejuízo Fiscal	(11.666)	-
Total dos impostos diferidos	(20.310)	(4.467)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(56.230)	(5.877)

c) Origem dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro				
	2024	Adquirido	Constituição	Realização	2025
Provisões cíveis	-	5	8	-	13
Provisões trabalhistas	1.877	1.286	642	(1.877)	1.928
Outras (1)	3.359	18.616	-	(3.216)	18.759
Total dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias	5.236	19.907	650	(5.093)	20.700
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	230.018	-	-	(15.867)	214.151
Total dos ativos fiscais diferidos	235.254	19.907	650	(20.960)	234.851

(1) Refere-se a valores a pagar decorrentes de outras obrigações provenientes da incorporação da empresa Cubos Holdings Participações Ltda., realizada em julho de 2025.

d) Projeção de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social	
2026	359	129	15.169	5.461	21.119	
2027	359	129	16.933	5.736	22.157	
2028	354	128	16.735	6.025	23.242	
2029	354	128	14.986	5.395	20.862	
2030	-	-	15.846	5.705	21.551	
2031	-	-	16.638	5.990	22.627	
2032	-	-	17.468	6.288	23.757	
2033	-	-	18.339	6.602	24.941	
2034	-	-	19.253	6.931	26.184	
2035	13.793	4.965	7.096	2.555	28.410	
Total	15.220	5.479	157.464	56.687	234.851	

A projeção de realização dos ativos fiscais diferidos é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos ativos fiscais diferidos, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 198.377 (2024 - R\$ 856.012), sendo: R\$ 15.695 (2024 - R\$ 822.592) de diferenças temporárias e R\$ 182.682 (2024 - R\$ 33.420) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Tributos a compensar ou recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 4.877 (2024 - R\$ 5.578), referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

21) EVENTOS SUBSEQUENTES

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 87.746 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 971.142 mil e

Ativos Totais de R\$ 1.004.442 mil. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo
Circulante		22.900	1.406	Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	6	22.179	669	Impostos e Contribuições a Recolher.....
Estoques.....		720	719	Dividendos a Pagar.....
Outros Ativos.....		1	18	Outras Obrigações.....
Não Circulante		981.542	917.372	Não Circulante
Realizável a Longo Prazo		981.542	917.372	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidas.....
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....	7	981.542	917.363	Patrimônio Líquido
Ativos Fiscais Diferidos.....	14c	-	9	Capital Social.....
				Reservas de Lucros.....
				Ajuste de Avaliação Patrimonial.....
Total do Ativo		1.004.442	918.778	Total do Passivo e Patrimônio Líquido

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2025	2024
Receitas Operacionais		1.288	2.362
Outras Receitas Operacionais.....	9	1.288	2.362
Despesas Operacionais		(7.794)	(5.749)
Despesas Tributárias.....	11	(6.525)	(4.756)
Despesas Gerais e Administrativas.....	12	(1.269)	(993)
Resultado Financeiro	10	158.367	99.967
Receitas Financeiras.....		158.367	99.967
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		151.861	96.580
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	14a e 14b	(44.115)	(32.300)
Lucro Líquido do Exercício		87.746	64.280
Número de Ações por lote de mil ações.....	8a	430.311	430.311
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações.....		0,20	0,15

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
		2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		131.861	96.580
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		(134.516)	(98.969)
Juros, Variações Monetárias Líquidas.....		(134.431)	(98.876)
Provisão para Perda por Redução ao Valor Recuperável de Recebíveis.....		(86)	(106)
Descontos Concedidos em Renegociações de Crédito.....		1	13
Lucro Líquido Ajustado		(2.655)	(2.389)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
(Aumento)/Redução em Créditos e Financiamentos a Receber.....		85	81
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....		17	-
(Aumento)/Redução em Tributos a Recuperar ou a Compensar.....		-	(356)
Aumento/(Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher.....		(3.573)	43
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....		(28)	9
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....		(34.888)	(33.226)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais		(41.042)	(35.838)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aumento/(Redução) em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....		63.163	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos		63.163	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos.....		(611)	(727)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos		(611)	(727)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		21.510	(36.565)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício.....		669	37.234
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício.....		22.179	669
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		21.510	(36.565)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
		2025	2024
Lucro Líquido do Exercício		87.746	64.280
Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado		(4.678)	327
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		(7.088)	495
Efeito dos Impostos sobre Outros Resultados Abrangentes.....		2.410	(168)
Total do Resultado Abrangente do Exercício		83.068	64.607

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil						
Eventos	Reservas de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2023	603.459	93.670	117.956	9.827	-	824.912
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	327	-	327
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	64.280	64.280
Destinações:						
Reservas de Lucros.....	-	3.214	60.455	-	(63.669)	-
Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(611)	(611)
Saldos em 31.12.2024	603.459	96.884	178.411	10.154	-	888.908
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(4.678)	-	(4.678)
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	87.746	87.746
Destinações:						
Reservas de Lucros.....	-	4.387	82.525	-	(86.912)	-
Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(834)	(834)
Saldos em 31.12.2025	603.459	101.271	260.936	5.476	-	971.142

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
		2025	2024
Lucro Líquido do Exercício		87.746	64.280
Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado		(4.678)	327
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		(7.088)	495
Efeito dos Impostos sobre Outros Resultados Abrangentes.....		2.410	(168)
Total do Resultado Abrangente do Exercício		83.068	64.607

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

b) Dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição dos juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

2.11) Reconhecimento da receita

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente - requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2.12) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.13) Imposto de renda e contribuição social (ativos e passivos fiscais)

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada à alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como os valores dos ativos fiscais diferidos não ativados, estão apresentadas na Nota 14.

2.14) Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.15) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

2.16) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

Alterações do CPC 02 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em setembro de 2024, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. Estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos para Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação de Ativos Financeiros em Demonstrações Financeiras. A norma, emitida em dezembro de 2025 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas. Exige maior transparência para as despesas operacionais e apresenta requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.

Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de "uso próprio", permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

5) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, motivo pelo qual os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

a) Classificação e avaliação dos ativos financeiros - Nota explicativa 7

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação. Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

b) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos - Nota explicativa 14

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos é feito quando há disponibilidade de lucro tributável futuro para consumo do ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias dedutíveis, base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Disponibilidades em moeda nacional.....	500	502
Total de disponibilidades (caixa)	500	502
Fundos de Investimentos (1).....	21.679	167
Total de caixa e equivalentes de caixa	22.179	669

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

7) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro				
Títulos	Acima de 360 dias	Valor de justo contábil		Ajuste a valor justo
		(2)	(3)	
Letras Financeiras (1).....	981.542	981.542	973.246	8.296
Total em 2025	981.542	981.542	973.246	8.296
Total em 2024	917.363	917.363	901.978	15.385

(1) Referem-se às Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., à taxa de 100% do DI, com vencimento em 1º de fevereiro de 2027;

(2) O valor justo dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e

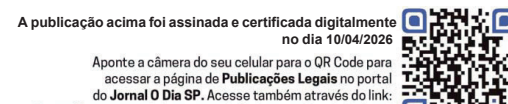
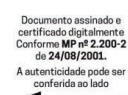
(3) Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 603.459 (2024 - R\$ 603.459), é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Ordinárias.....	430.311.119	430.311.119
Total	430.311.119	430.311.119



Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Reservas de lucros.....	362.207	275.295
- Reserva legal (1).....	101.271	96.884
- Reserva estatutária (2).....	260.936	178.411

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do Capital Social realizado, ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio/dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos, relativos aos exercícios de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2025	% (1)	2024	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	87.746		64.280	
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes.....	(4.387)		(3.214)	
Base de cálculo.....	83.359		61.066	
Dividendos propostos.....	834	1,0	611	1,0

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

9) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Recuperação de créditos.....	1.203	2.269
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos a clientes.....	86	106
Descontos concedidos em renegociações de crédito.....	(1)	(13)
Total.....	1.288	2.362

10) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Rendimento de aplicações em letras financeiras.....	134.431	98.876
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos.....	3.936	1.091
Total.....	138.367	99.967

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Contribuição Cofins.....	5.583	4.089
Contribuição ao PIS.....	907	665
Impostos e Taxas.....	35	2
Total.....	6.525	4.756

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Doações e patrocínios.....	1.007	723
Serviços do sistema financeiro.....	232	206
Ediais e publicações.....	3	39
Serviços de terceiros.....	27	25
Total.....	1.269	993

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controladores diretos (Serel Participações em Imóveis S.A. e Banco Bradesco BBI S.A.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Aos Acionistas e aos Diretores da

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

A tabela a seguir inclui os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Em 31 de dezembro			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2025	2024	2025	2024
Disponibilidades em moeda nacional.....	500	502	-	-
Banco Bradesco S.A.....	500	502	-	-
Letras financeiras - LF.....	981.542	917.363	-	-
Banco Bradesco S.A.....	981.542	917.363	-	-
Dividendos a pagar.....	(834)	(611)	-	-
Serel Participações em Imóveis S.A.....	(773)	(566)	-	-
Banco Bradesco BBI S.A.....	(61)	(44)	-	-
Rendimento de aplicações em LF.....	-	-	134.431	98.876
Banco Bradesco S.A.....	-	-	134.431	98.876

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	131.861	96.580
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) às alíquotas vigentes.....	(44.833)	(32.837)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(342)	(246)
Outros valores.....	1.060	783
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(44.115)	(32.300)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(44.106)	(32.302)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre diferenças temporárias.....	(9)	2
Total dos impostos diferidos.....	(9)	2
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(44.115)	(32.300)

c) Ativos fiscais diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2024	Constituição	Realização/ Baixa	2025
Outras provisões.....	9	-	-	-
Total dos ativos fiscais diferidos.....	9	-	(9)	-
Passivos fiscais diferidos (Nota 14c).....	5.231	-	(2.410)	2.821
Ativos fiscais líquidos dos passivos fiscais diferidos.....	(5.222)	-	2.401	(2.821)

d) Passivos fiscais diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2024	Constituição	Realização/ Baixa	2025
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	5.231	-	(2.410)	2.821
Total dos impostos diferidos (Nota 14c).....	5.231	-	(2.410)	2.821

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 29.645 (2024 - R\$ 24.001) referem-se a PIS de R\$ 86 (2024 - R\$ 61), Cofins de R\$ 527 (2024 - R\$ 374), Imposto de Renda Pessoa Jurídica de R\$ 28.374 (2024 - R\$ 23.040) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 658 (2024 - R\$ 526).

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há processos com riscos cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis;

b) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024; e

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

A DIRETORIA

Diretor Geral: Cassiano Ricardo Scarpelli
Diretor: Vinicius Panaro

Marco Antonio Cunha de Santana
Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

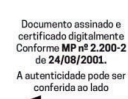
Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-14428/O-6

Mark Suda Yamashita
Contador CRC 1SP271754/O-9



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiassp.com.br/leioes-publicidade-legal>



Jornal O DIA SP



ARCADIS LOGOS S.A.

CNPJ nº 07.939.296/0001-50
Relatório da Administração

A Diretoria da Arcadis Logos S.A. ("Arcadis" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação de seus Acionistas o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das informações e comentários que julgamos relevantes sobre o desempenho e a evolução das atividades da Companhia no período. A Arcadis é líder global na prestação de serviços de design, engenharia e consultoria, com foco em soluções sustentáveis, impulsionadas por dados, para ativos naturais e construídos. Com mais de 34.000 profissionais em todo o mundo, entre arquitetos, engenheiros, analistas de dados, designers e especialistas em água, meio ambiente e sustentabilidade, atuamos orientados pelo propósito de melhorar a qualidade de vida e contribuir para a construção de um futuro positivo para o planeta. Nesse contexto, colaboramos com nossos clientes na estruturação e implementação de soluções que viabilizam decisões mais sustentáveis e resilientes, atuando como parceira estratégica e *trusted advisor* na concepção, desenvolvimento e execução de projetos, combinando inovação digital e humana e mobilizando competências voltadas aos desafios presentes e futuros em setores como mineração sustentável, energia, água, meio ambiente, edificações, transporte, infraestrutura e, de forma crescente, infraestrutura digital crítica, incluindo data centers. O Grupo possui presença em mais de 30 países e, no exercício de 2025, registrou receitas brutas globais de € 4,8 bilhões. No Brasil, a Companhia apresentou desempenho consistente ao longo do exercício, com crescimento de receita, manutenção de margens operacionais saudáveis, elevada liquidez e ausência de endividamento bancário, preservando uma estrutura financeira sólida e adequada ao suporte de sua estratégia de crescimento sustentável. Tais resultados refletem a resiliência do modelo de negócios da Companhia e sua capacidade de adaptação a um ambiente de mercado em transformação. Ao longo de 2025, a Companhia ampliou sua atuação em frentes estratégicas de elevado potencial, com destaque para projetos relacionados à transição energética, descarbonização industrial, mineração sustentável e infraestrutura resiliente, não apenas como prestadora de serviços técnicos, mas também como parceira na estruturação e desenvolvimento de iniciativas complexas. Nesse período, consolidou seu posicionamento em iniciativas ligadas a energias renováveis e hidrogênio verde, apoiando seus clientes na evolução de suas operações rumo a modelos mais eficientes, competitivos e ambientalmente responsáveis, incorporando soluções voltadas à proteção da biodiversidade e à geração de valor compartilhado com as comunidades. O exercício também foi marcado pela intensificação de tendências globais associadas à convergência entre energia, tecnologia e geopolítica, com impactos diretos sobre os padrões de investimento e as demandas de infraestrutura. Nesse cenário, destaca-se o crescimento acelerado da demanda por energia e por infraestrutura digital, impulsionado, entre outros fatores, pela expansão de aplicações de inteligência artificial e pela ampliação da capacidade de data centers. Tais movimentos impõem desafios adicionais relacionados à disponibilidade de energia, uso eficiente de recursos naturais, licenciamento e resiliência operacional, ao mesmo tempo em que criam oportunidades relevantes de atuação para a Companhia. Nesse contexto, a Arcadis tem atuado como parceira estratégica e desenvolvedora de negócios, participando ativamente da estruturação, viabilização e implantação de projetos, tendo desenvolvido, ao longo de 2025, diversas iniciativas que apoiam a agenda de expansão de data centers na América Latina, consolidando sua atuação como parceira estratégica em infraestrutura digital crítica, com destaque

para o Brasil. Adicionalmente, a Companhia manteve forte alinhamento com agendas estruturantes para o desenvolvimento do país, incluindo o apoio ao cumprimento das metas de universalização do saneamento previstas no Novo Marco Legal do Saneamento até 2033, bem como iniciativas voltadas à redução de emissões de gases de efeito estufa e à transição para uma economia de baixo carbono. Nesse contexto, a Arcadis atua de forma integrada, combinando conhecimento técnico, visão estratégica e soluções digitais, posicionando-se como parceira de seus clientes na tomada de decisão e na implementação de projetos de impacto. Em consonância com seus pilares estratégicos – escolha de projetos sustentáveis, inovação digital e humana e valorização das pessoas, com foco em clientes-chave – a Companhia tem aprofundado a incorporação de tecnologias digitais em suas operações. Ao longo do exercício, foram ampliadas as aplicações de inteligência artificial, analytics avançado e automação de processos, sempre sob uma abordagem estruturada de governança e uso responsável. Destaca-se, nesse sentido, o uso integrado da plataforma *Enterprise Decision Analytics* com metodologias próprias de gestão de dados, abrangendo coleta, tratamento, análise e representação de informações, o que contribui para maior eficiência, previsibilidade e qualidade na entrega de projetos, além de ampliar nossa capacidade de apoiar clientes como parceiros estratégicos na tomada de decisão e na priorização de investimentos. A Companhia entende que a inteligência artificial, a automação e o uso estratégico de dados constituem elementos centrais para a evolução dos setores de engenharia, infraestrutura e sustentabilidade, e segue investindo no desenvolvimento dessas capacidades, com foco na geração de valor para seus clientes e na melhoria contínua de seus processos internos. Nos setores estratégicos em que atua no Brasil – incluindo mineração, energia, infraestrutura, saneamento, indústria, transportes e varejo – a Companhia desenvolve soluções que contribuem para o fortalecimento da resiliência operacional e financeira de seus clientes, atuando de forma integrada desde a concepção até a execução, e, em muitos casos, como parceira na estruturação de projetos e na viabilização de investimentos em ativos estratégicos. Seus projetos abrangem desde a modernização de ativos de infraestrutura até a implementação de fontes de energia renovável, como solar, eólica e hidrelétrica, além da transformação de cadeias industriais relevantes, com foco em eficiência, inovação e sustentabilidade. A Companhia acompanha de forma contínua a evolução das regulamentações ESG e dos padrões internacionais aplicáveis, incluindo iniciativas relacionadas ao combate ao carbono e aos padrões IFRS S1 e S2, apoiando seus clientes na adequação a esses requisitos e na mitigação de riscos associados. Até o momento, a Arcadis já participou da entrega de mais de 50 projetos alinhados aos Padrões de Desempenho da IFC, reforçando seu compromisso com boas práticas internacionais. No que se refere à governança corporativa e ao Programa de Integridade, a Companhia mantém estrutura robusta de *compliance*, baseada em seus Princípios Gerais de Negócios e nas normas específicas de combate à corrupção, aplicáveis a todos os níveis da organização. O compromisso com ética, transparência e integridade orienta a condução de suas atividades e é reforçado por meio de treinamentos regulares, que alcançam a totalidade dos colaboradores, bem como ações de engajamento e parcerias com fornecedores. A Companhia dispõe de canal independente para recebimento de relatos relacionados à integridade, o *Integrity Line*, disponível de forma contínua e em idioma local, assegurando a possibilidade de comunicação anônima. Adicionalmente, conta com estrutura local

de governança, incluindo Comitê de *Compliance* e *Compliance Officer*, responsáveis pela análise e encaminhamento de eventuais relatos, garantindo o adequado tratamento de desvios e a melhoria contínua de seus processos. No âmbito social, a Companhia reafirma seu compromisso com a promoção de um ambiente de trabalho inclusivo, diverso e seguro, pautado por princípios de equidade, pertencimento e respeito aos direitos humanos. As iniciativas de diversidade e inclusão são estruturadas por meio de governança dedicada e grupos de afinidade, abrangendo temas como equidade de gênero, LGBTQIAPN+, raça e etnia, pessoas com deficiência e neurodiversidade. A Companhia mantém, ainda, compromisso global com a diversidade de gênero, com metas claras e avanços consistentes, incluindo a representatividade feminina em posições de liderança. Em 2025, a área de Pessoas consolidou avanços relevantes no desenvolvimento de talentos e no fortalecimento das competências organizacionais, com investimentos significativos em capacitação técnica, liderança e habilidades digitais. Programas estruturados de formação e desenvolvimento foram ampliados, refletindo a necessidade de preparar a organização para um ambiente de negócios cada vez mais dinâmico e orientado por tecnologia. A valorização de talentos permaneceu como prioridade, com reconhecimento expressivo de desempenho e progressão de carreira, reforçando uma cultura de mérito, engajamento e alinhamento estratégico. Adicionalmente, iniciativas voltadas ao bem-estar físico, mental e social dos colaboradores foram mantidas e ampliadas, incluindo programas de apoio integral à saúde. A Saúde, Segurança e Bem-Estar seguem como prioridades absolutas para a Companhia. As ações voltadas ao fortalecimento da cultura de Segurança, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente (SSO) são contínuas, com foco na prevenção de acidentes e na promoção de ambientes de trabalho seguros. A certificação na norma ISO 45001 reafirma o compromisso com padrões elevados de gestão. No exercício, foram implementados planos de ação por parte de todos os líderes, além da condução de campanhas e treinamentos periódicos. A Companhia segue utilizando indicadores proativos e reativos para monitoramento de desempenho e aprimoramento contínuo. A Arcadis permanece alinhada à sua estratégia de atuação em setores-chave, nos quais combina conhecimento local e capacidade global para oferecer soluções diferenciadas. O foco em operações sustentáveis, descarbonização, resiliência climática, transição energética, novas fontes de energia, mineração sustentável e proteção da biodiversidade, aliado à crescente integração entre infraestrutura física e digital – incluindo automação, uso de dados e infraestrutura crítica –, tem reforçado seu posicionamento competitivo no mercado, consolidando a Arcadis como parceira estratégica de referência para clientes que buscam transformar seus ativos e operações frente aos desafios da transição energética, da digitalização e das mudanças climáticas. A centralidade do cliente segue sendo um dos pilares da atuação da Companhia, com monitoramento contínuo da satisfação e busca permanente pela excelência na entrega. Os resultados obtidos refletem o reconhecimento da qualidade técnica, da capacidade de inovação e da confiança construída ao longo do tempo. Por fim, a Diretoria registra seus agradecimentos aos colaboradores, clientes e parceiros, bem como a todos os colaboradores que exerceram o exercício de 2025, que permitiram o fortalecimento contínuo da Companhia. Reitera, ainda, seu compromisso com a geração de valor sustentável, a excelência operacional, a inovação e a condução ética de seus negócios, em benefício de todas as suas partes interessadas.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro - (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro - (Em milhares de Reais)			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado
	2025	2024	2024		2025	2024	2024
Ativo				Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	92.801	116.110	116.110	Lucro líquido do exercício	29.858	24.658	24.658
Contas a receber de clientes	94.111	92.073	92.073	Ajustes de:			
Ativos de contratos	67.467	56.269	56.269	Depreciação	6.788	7.180	7.180
Impostos a recuperar	7.440	13.576	14.440	Amortização	513	85	85
Outras contas a receber	5.631	5.394	5.283	Provisão para contingências	5.491	2.091	2.091
Conta corrente de consórcios	369	500	500	Resultado da equivalência patrimonial	(192)	-	-
Total do ativo circulante	267.819	283.922	284.675	Variação cambial de ativos e passivos	(51)	151	151
Contas a receber de clientes	2.771	1.915	1.915	Redução ao valor recuperável	(6.585)	(243)	(243)
Depósitos judiciais	3.552	4.089	4.089	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.084)	(692)	(692)
Impostos a recuperar	1.639	2.031	2.031	Amortização de arrendamentos	8.942	6.069	6.069
Ativo fiscal diferido	51.571	50.488	50.488	Baixa de ativos fixos	2.168	42	42
Outras contas a receber	9.899	9.255	9.255	Caixa gerado pelas atividades operações	45.848	39.341	39.341
Total do realizável ao longo prazo	69.432	67.778	67.778	Variações em:			
Ativo de direito de uso	7.398	6.409	6.409	Ativos de contratos	(11.198)	30.793	30.793
Imobilizado	18.458	21.468	21.468	Contas a receber de clientes	3.691	13.224	13.224
Intangível	2.131	74	74	Outras contas a receber	(881)	118	118
Total do ativo não circulante	97.419	95.729	95.729	Depósitos judiciais	537	(129)	(129)
Total do ativo	365.238	379.651	380.404	Créditos de tributos correntes	14.046	10.947	10.947
				Outras contas a pagar	(2.330)	971	971
				Fornecedores	2.161	(4.224)	(4.224)
				Impostos e contribuições a recolher	(5.931)	(1.573)	(1.573)
				Conta corrente consórcios	123	32	32
				Passivos de contratos	(2.182)	3.805	3.805
				Adiantamentos de clientes	1.814	33	33
				Salários, férias e encargos sociais	1.412	(893)	(893)
				Caixa gerado pelas atividades operações	47.110	92.445	92.445
				Pagamentos de contingências	(5.287)	(7.708)	(7.708)
				Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(7.517)	(7.052)	(7.052)
				Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	34.306	77.685	77.685
				Fluxo de caixa das atividades de investimento			
				Aquisição em ativo imobilizado	(5.946)	(6.546)	(6.546)
				Aquisição em ativo intangível	(2.570)	(11)	(11)
				Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(8.516)	(6.557)	(6.557)
				Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
				Pagamento de passivos de arrendamento	(9.099)	(6.231)	(6.231)
				Dividendos pagos	(40.000)	(4.784)	(4.784)
				Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(49.099)	(11.015)	(11.015)
				Redução em caixa e equivalentes de caixa	(23.309)	60.113	60.113
				Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	116.110	55.997	55.997
				Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	92.801	116.110	116.110
					(23.309)	60.113	60.113
				Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa			
				Itens que não afetam movimentação de caixa			
				Imposto pago, compensação de créditos de tributos	7.541	6.652	6.652
				A DIRETORIA	Carlos Roberto Bertola	- Contador - CRC15P085590/O-0	
				As Demonstrações Financeiras juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, encontram-se arquivadas na sede da Companhia.			
				O conjunto completo das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024, incluindo as notas explicativas, acompanhado do respectivo relatório dos auditores independentes sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., estão disponíveis na sede social da Companhia, sendo as demonstrações financeiras acima uma versão resumida. A Companhia reforça que as demonstrações financeiras foram elaboradas na forma da legislação societária vigente e da regulamentação contábil aplicável.			



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/D401-E577-F768-E710> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D401-E577-F768-E710



Hash do Documento

15130EE8EC726285F6DFE8C19D349BAAD38379EE564785C80B31C13D936F9A14

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/04/2026 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -
39.732.792/0001-24 em 10/04/2026 00:01 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.647379000000004 Longitude: -46.555218 Accuracy: 178

IP: 172.16.4.14

AC: AC Certisign RFB G5

